

O AUTISMO E O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO NA EEMTI LICEU DR. JOSÉ GONDIM EM IGUATU/CE.

Maysa Karlinda de Sousa Lacerda¹
Hélis Cristina Alves de Lima²
Maria Ionete Andrade Ferreira³

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista – TEA, recebeu essa denominação por ser considerado um transtorno em detrimento englobar a síndrome de Asperger e assim englobar as diversas dificuldades do desenvolvimento humano.

A inclusão, na atualidade, é trabalhada em todos os ambientes: social, educacional, familiar, profissional. E assim, trabalhar o indivíduo para viver em sociedade. Inserir a criança/educando na escola deve ser vista muito além do ponto de matricular, ela precisar ser trabalhada por todos, um acompanhamento que vise a preparação de todos que encontram-se dentro do ambiente educacional. O autista precisa ser inserido em um ambiente onde este esteja adaptado a ele, e não o oposto. Dentro do histórico sobre o autismo, percebe-se que grandes evoluções dentro desse período foram surgindo e assim as diversas maneiras de se manifestar em indivíduos diferenciados, e podendo assim ser confundido com outros transtornos

O tema abordado justifica-se por entender que, o processo de inclusão do autista nas escolas regulares é um direito conquistado e, assim, um dever de toda uma sociedade passando a respeitar as diferenças. Este estudo voltou-se para a inclusão do autista, pois gera grandes lacunas no que diz respeito a concretização desse processo de inclusão, e a aceitação torna-se uma assunto que mais muito além das teorias.

Objetivou-se trabalhar de forma bibliografia e exploratória a analisar a realidade escolar dentro do processo inclusivo no contexto sobre autismo nas escolas, buscando através de sites, livros, artigos identificar as principais dificuldades apresentadas para a inclusão dos autistas na escola Liceu Dr. José Gondim em Iguatu/CE, visando considerar a importância do elo entre família e escola como fator primordial para a inclusão dos alunos autistas. A fundamentação legal é abordada para trazer ao conhecimento os exercícios legais que tratam do seu mantimento tais como: decretos, leis, declarações e diretrizes que fundamentam sobre as políticas públicas da educação inclusiva com enfoque na rede regular de ensino, visto que, tais fundamentações legais proporcionam o respaldo legal para o exercício da inclusão na rede pública de ensino.

O presente trabalho abordar-se-á pontos que se referem ao autismo e a inclusão do educando na rede regular, buscando a história da inclusão e do autismo. Buscou-se apresentar as contribuições dos teóricos dentro da história do autismo e sua cronologia a fundamentação legal, as leis, declarações e documentos que relatam sobre o assunto. Dentro do texto, buscou-se acrescentar também sobre a definição de autismo e as características que são apresentadas pelo autismo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu/CE. cursando Especialização em Filosofia/Sociologia pelo Instituto Prominas, marysalacerda@hotmail.com

² Licenciada em Letras Pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu FECLI/UECE. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa Pela Universidade Gama Filho UGF. Servidora Pública do Município de Cedro; hcristinalima@hotmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9790-568X>

³ Mestranda do curso de Gestão pelo Instituto Politécnico de Tomar. Pós-graduada em metodologia do Ensino em Educação Básica pelo ISEC/PB. Pedagoga. Professora de escola pública Municipal. ioneteandradeferreira@hotmail.com

A pesquisa apresentada é de cunho bibliográfico e exploratório com fundamentação textual de acordo com os autores que versam sobre os temas que se encontram relacionados ao conceito de raça e etnia, a promoção da diversidade e a autoafirmação da identidade negra em consonância com os processos educativos no Brasil. Para o seu desenvolvimento foi realizada abordagem bibliográfica considerada importante para organizar e estruturar o presente trabalho.

A pesquisa bibliográfica se desenvolve principalmente através de livros e artigos científicos, pois permite investigar diversos fenômenos, inclusive quando se trata dos dados históricos (GIL, 2008).

A análise está ancorada na concepção pautada na visão do entrevistado, como de primeira mão e assim buscar uma compreensão da realidade local sensível e pertinente aos aspectos socioculturais (GEERTZ, 2008).

A pesquisa exploratória não requer a formulação de hipóteses para serem testadas, ela se restringe por definir objetivos a buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo, portanto ela seria um passo inicial para o projeto de pesquisa (GIL, 2008).

A pesquisa se dará em uma escola pública Estadual de Iguatu/Ce, nas turmas de Ensino Médio Integrado, com um trabalho interligado entre as disciplinas de Língua Portuguesa e História, a fim de verificar o trabalho dos professores e a ligação com a sala multifuncional.

DESENVOLVIMENTO

Dentro do histórico sobre o autismo, percebe-se que grandes evoluções dentro desse período foram surgindo e assim as diversas maneiras de manifestar em indivíduos diferenciados, e podendo assim ser confundido com outros transtornos. De acordo com o termo Autismo, Gómez e Terán (2014, p. 447) asseguram que:

“O termo 'Autismo' foi nomeado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugene Bleuler em 1911. Bleuler utilizou o termo “autismo” para descrever o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos”.

Dentro dessa terminologia sobre o autismo nomeada por Kanner, os estudos passaram a avançar nessa área e assim outros pesquisadores foram instigados a buscar informações sobre tratamentos, causas e promover pontos de discussão e assim encontrar formas de esclarecer os pontos obscuros.

Em 1943, um estudo realizado por Kanner, com 11 crianças apresentando o quadro de autístico, nesse período o artigo apresentando com os resultados não apresentavam casos de autismo, convém lembrar, que nessa época eram considerados autistas, indivíduos esquizofrênicos e psicóticos. Em meio a estudos e pesquisas, Kanner obteve a primeira definição de autismo: “autos” do grego, significa “próprio”; onde pode-se entender que é um indivíduo retraído a si mesmo.

Em 1949, Kanner atribuiu o quadro de autismo como “Autismo Infantil Precoce”, referindo-se a dificuldade de relacionamento e o contato com os outros indivíduos, suas alterações na fala que impedia a comunicação interpessoal, o desejo acentuado por objetos e coisas (ORRÚ, 2007). Nesse mesmo ano, Kanner em suas pesquisas, verificou um subtipo de autismo, que considerou como 'autismo secundário', e de acordo com suas pesquisas aparece no segundo ano de vida, podendo identificar que o desenvolvimento é normal das crianças durante dezoito a vinte meses, e após este período se retraem, perdem a linguagem, o

desenvolvimento social é interrompido e passam a reduzir as atividades normais (GÓMEZ; TERÁN, 2014, p.447).

O cientista austríaco, Dr. Hans Asperger, em 1949, utilizou-se do termo “psicose autista”, onde referia-se as crianças com comportamentos similares ao do autismo.

Possivelmente, ambos os cientistas estiveram diante de grupos semelhantes, mas, devido às diferentes interpretações, foram formuladas as chamadas “síndrome de Asperger” e “autismo de Kanner”, para se referir a autismos de alto e baixo nível de funcionamento, respectivamente (GÓMEZ; TERÁN, 2014, p.448).

Em tempos anteriores, Kanner identificou o autismo apenas em indivíduos que não sofriam nenhum tipo de retardo mental, no entanto, com algumas outras pesquisas, encontrou em indivíduos com retardo mental e o quadro de autístico, identificando que poderia variar de pessoa para pessoa.

A escola dentro da educação inclusiva necessita entender que é ela que se adapta ao indivíduo que busca incluir, e não o contrário. Torna-se perceptível a exclusão ao diferente, as limitações apresentadas ao indivíduo. A sociedade ainda tenta esconder o preconceito de ter em seu convívio pessoas com necessidades diferentes das suas, tentando comprovar e apresentar que estes devem viver isolados do convívio social. Entretanto, a mídia e os avanços das divulgações sobre o que é inclusão e o seu papel dentro da sociedade, vem apresentando um novo cenário dentro o contexto.

A educação inclusiva, quando busca o enfoque dentro do Transtorno do Espectro Autista - TEA, não aborda apenas o desejo, mas sim, o direito que a família e o autista tem, incluído um dever da escola e da sociedade.

O debate sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil ganhou fôlego durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), que traça 20 metas para o país cumprir em dez anos. A principal polêmica ocorreu por conta da possibilidade de as crianças e jovens com deficiência serem matriculadas em escolas especiais e não obrigatoriamente na rede regular de ensino. Na redação final da meta, essa opção foi mantida. Organizações especializadas no tema afirmam que o texto do PNE fere tratados internacionais sobre o tema, assinados pelo Brasil (BRASIL, 2001).

Diversos documentos relatam e respaldam tal legalidade que encontra-se assegurada dentro da educação inclusiva, tendo como preferência as escolas regulares, desde leis que tratam da inclusão dos indivíduos, assim como o respaldo legal específico do autista na sala regular.

A busca pela compreensão do autismo, não ajuda apenas o atendimento inclusivo e consciente, mas também, ao crescimento do desenvolvimento da aprendizagem, quer seja do profissional ou do educando. Os autistas não são seres “antissociais”, mas é falta de estudo e dedicação sobre o Transtorno do Espectro Autista que leva a pensar dessa maneira, pois é a falta de busca pelo conhecimento que leva a sociedade a ter pensamentos negativos incapazes de aceitar a diferença.

O MEC lançou a implantação da sala de recursos multifuncionais com o objetivo de apoiar a organização e a oferta do atendimento educacional especializado para a prestação de serviços complementares e suplementares aos educandos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação que se encontravam matriculados nas classes comuns do ensino regular, possibilitando condições de melhor acesso, participação e aprendizagem oferecida (BRASIL, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram coletados na instituição escolar durante o período de abril e Junho de 2019. Entre as técnicas utilizadas na coleta de dados, optou-se pelo questionário com o objetivo de coletar dados importantes e necessários para tal pesquisa. É importante ressaltar que, os tópicos trabalhados foram planejados para o alcance dos objetivos.

A opção para a aplicação do questionário foi devido à relevância da importância de obtenção de informações proporcionado através do mesmo, apresentando as mesmas questões para dois dos sujeitos questionados e apenas questões diferentes para o outro sujeito entrevistado, devido ser assim, necessário para obtenção de todas as informações devidas.

O questionário foi composto por 12 perguntas semi-estruturadas para três dos participantes, sendo duas professoras da sala regular e outra da sala de AEE (Atendimento educacional especializado) e 9 perguntas para o outro sujeito, sendo este a coordenadora da escola, permitindo assim recolher uma amostra das percepções, comportamentos e atitudes dos sujeitos em questão. Neste estudo, optou-se pelo questionário, composto por perguntas abertas. Um dos questionamentos realizados à coordenadora foi em relação à matrícula do aluno autista, se durante tal ato é disponibilizado o diagnóstico do mesmo.

Conforme a resposta da coordenadora, o diagnóstico é disponibilizado desde que os pais procuram a escola para efetuar a matrícula. A coordenadora foi questionada ainda, se a escola considera importante o acesso ao diagnóstico do aluno autista para melhor desempenho do trabalho inclusivo.

Conforme foi observado na resposta da coordenadora sobre a disponibilização do diagnóstico e sua importância para o desempenho do trabalho inclusivo foi possível perceber o nível da importância do acesso ao mesmo. Carvalho (1999) diz que, para que não haja a exclusão dos alunos que a escola propõe-se incluir é necessário tomar atitudes para que o trabalho de todo esse processo inclusivo possa ocorrer de fato, pois não havendo o percurso que é necessário para a inclusão acabará por contribuir preconceitos.

Portanto, é necessário que a escola possa ter acesso ao diagnóstico do aluno, para então intervir da melhor maneira possível, contribuindo para que suas dificuldades sejam respeitadas e o mais importante, que suas potencialidades sejam trabalhadas. Foi percebido através das respostas das docentes que a inclusão oferece grande importância para o desenvolvimento social do aluno autista e que através desse contato é possível aprender uns com os outros.

Diante das respostas das docentes foi possível perceber a valorização de informar aos alunos sobre o autismo, para que compreendam os comportamentos do indivíduo para o auxílio à socialização com todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abrangência dos comportamentos autistas, torna-se necessário um estudo do conjunto comportamental apresentado pelo indivíduo a fim de ser seguida a intervenção necessária e assim o trabalho educacional possa fluir de maneira que o processo de ensino aprendizagem seja efetivado de maneira correta.

Entende-se que a busca pela compreensão do autismo, não ajuda apenas o atendimento inclusivo e consciente, mas também, ao crescimento do desenvolvimento da aprendizagem, quer seja do profissional ou do educando. Os autistas não são seres “antissociais”, mas é falta de estudo e dedicação sobre o Transtorno do Espectro Autista que leva a pensar dessa maneira, pois é a falta de busca pelo conhecimento que leva a sociedade a ter pensamentos negativos incapazes de aceitar a diferença.

Conclui-se que incluir envolve todo um processo de aceitação, desde a matrícula até o

desenvolvimento da consciência crítica desse momento, visando a importância da inclusão dentro de uma necessidade de conhecimentos para todos os membros da comunidade educacional. Não é apenas incluir, é necessário que se esteja preparado para receber e trabalhar com os autistas dentro dos limites e qualidades de cada um, para que assim haja respeito e colaboração entre todos

Palavras-chave: Autismo. Escola regular. Inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnpd/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-sala-de-recursos-multifuncionais-novo/>. Acesso em: 05 julho. 2019.

_____. Parecer 17/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

CARVALHO, R. E et al. **Salto para o futuro**. Educação especial: Tendências atuais. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. Brasil em ação, 1999

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Cultural, S.A, 2014.

ORRÚ, S.E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.